

Artigo Submetido à Sessão Ordinária da Área Economia Política, Capitalismo e Socialismo, Subárea Socialismo

O Materialismo Dialético Aplicado à Transição entre Capitalismo e Comunismo: um resgate da teoria dos modos de produção

RESUMO

O presente artigo constitui um resgate do estudo da Teoria dos Modos de Produção Marxista e das características específicas do processo de transição do Capitalismo ao Comunismo. Nosso objetivo aqui é a elaboração de um texto didático para facilitar e promover o estudo da Economia Política Marxista nas faculdades de Economia que vierem a utilizar este trabalho. Isto foi feito através da leitura crítica de bibliografia selecionada e utilizando como método analítico o Materialismo Dialético. A teoria que tivemos por base foi, obviamente, a Economia Política Marxista. Além de cumprirmos com o objetivo de produção do texto didático, consideramos que as principais contribuições do trabalho são: a reiteração da existência de uma relação forma-conteúdo entre Forças Produtivas e Relações de Produção e Base e Superestrutura; a identificação das características destas relações forma-conteúdo em escritos, acerca da Teoria dos Modos de Produção, de autores que não identificam a existência das referidas relações; sublinhar que tipos de erros podem ser cometidos quando do desconhecimento ou má utilização deste par de categorias filosóficas e, finalmente, reiterar que a passagem do Capitalismo ao Socialismo significa, para os seres humanos, a utilização do conhecimento das leis de desenvolvimento da sociedade para a aceleração deste processo de desenvolvimento. Por fim, é importante mencionar que chegamos a conclusão de que, quanto mais próxima era a exposição teórica dos autores marxistas utilizados como base da exposição de Marx, mais características das relações forma-conteúdo acima mencionadas podiam ser identificadas em seus textos.

Palavras-chave: Modos de Produção; Teoria Marxista; Materialismo Dialético.

ABSTRACT

The present paper is a recall of the Marxist Theory of Modes of Production studies and of specific features of Capitalism-Communism transition process. Here, we aim to elaborate a textbook to facilitate and promote Marxist Political Economy teaching on Economics Schools which come to use it. This was done by critical reading of selected bibliography and using as analysis method the Dialectical Materialism. The basis theory was, of course, the Marxist Political Economy. Besides the fact that we accomplished our aim of a textbook elaboration, we consider as this paper's main contributions the following: reiteration of the existence of a form-content relationship between Productive Forces and Relations of Production and between Base and Superstructure; identification of characteristics of these relationships in Marxists authors' textbooks about Modes of Production that did not identified these described relationships; highlight errors that can be made without the knowledge or due to misuse of these philosophical categories and, finally, reiterate that Capitalism-Communism transition means, for humankind, using the knowledge of society development laws to accelerate this development process. At the end, it is important to mention that we conclude that, the closer was the theoretical exposition of Marxist authors we used as a basis from Marx's view, more characteristics of the form-content relationship mentioned were found in their textbooks.

Key-words: Modes of Production; Marxist Theory; Dialectic Materialism.

1 INTRODUÇÃO:

Não é necessário muito esforço para perceber que, hoje em dia, o estudo da dinâmica dos Modos de Produção deixou de ser uma prioridade dos economistas, e os motivos pelos quais isso está ocorrendo são bastante simples.

No que tange aos economistas do *mainstream*, estes simplesmente não tratam desta questão por um motivo óbvio: a teoria que têm por base, a teoria Neoclássica, entende o Modo de Produção Capitalista como uma espécie de modo de produção eterno, pois está na natureza do homem comportar-se exatamente como os agentes econômicos comportam-se neste modo de produção. Para a sustentação deste pressuposto, portanto, é preciso esquecer que a história da humanidade se fez através de uma sucessão de modos de produção diferentes, onde esses agentes comportavam-se também de forma distinta do comportamento atual, e, desta forma, ignorar também a conclusão óbvia de que, dado este fato, existe pelo menos a possibilidade de que, assim como ocorreu com os demais modos de produção, o Modo de Produção Capitalista venha dar lugar a outro.

Mas, o estudo desta questão não vem sendo deixado de lado apenas pelos economistas do *mainstream*. Em consequência de uma trágica herança do stalinismo, também os economistas marxistas, ou pelo menos a grande maioria deles, abandonou o estudo da questão. Ocorre que, durante o período de existência da antiga União Soviética, sucedeu uma longa discussão acerca de sua caracterização: seria um modo de produção particular, uma etapa de transição do capitalismo ao comunismo ou outro tipo de modo de produção? Nesta discussão, um número considerável de estudiosos, baseados em textos do próprio Marx sobre o Modo de Produção Asiático, passou a defender a teoria de que, na URSS, estaria constituída uma espécie de versão moderna do Modo de Produção Asiático.

Tal teoria era extremamente indigesta, pois, em primeiro lugar, de fato, não era muito difícil fazer parecer que a União Soviética tinha as características deste modo de produção. Isto porque a constante ameaça de ataques militares por parte das potências imperialistas constituiu uma base material para justificar uma série de medidas autoritárias tomadas durante o período stalinista. O Modo de Produção Asiático, por sua vez, em linhas gerais, pode ser descrito como um sistema onde impera a propriedade coletiva, uma escravidão generalizada e consentida da população e no qual o Estado aparece como organizador da produção. Em segundo lugar, e mais importante, o caráter indigesto desta teoria residia no fato de que o estudo histórico das mais variadas sociedades nas quais imperou tal modo de produção demonstrou que ele estava predestinado à estagnação econômica.

O resultado desta discussão não constituiu um avanço teórico, mas sim um retrocesso. Em função dos fatores apontados acima, a “resposta oficial” a este debate foi o “engessamento”, se assim podemos chamar, da teoria dos modos de produção. Para descrever tal resposta de um modo bem grosseiro, dali por diante, considerava-se que todo e qualquer país/sociedade obrigatoriamente passaria por cinco modos de produção sucessivos: Comunismo Primitivo ou Comunidade Primitiva, Escravatura, Feudalismo, Capitalismo e Socialismo. Desta forma, os resultados dos estudos acerca de qualquer outro modo de produção que não fosse um destes foram apagados dos manuais de Economia Política, e, devido à popularização de tal esquema, a maior parte dos economistas marxistas hoje em dia não se dá conta de que ainda existem avanços a serem feitos nesta teoria e questões a serem discutidas a respeito dela.

Por fim, a questão deixou de ser estudada pelos economistas como um todo, ou seja, independente da sua corrente teórica, devido ao fato de estes estarem mais concentrados no entendimento do Modo de Produção Capitalista, o qual está em um constante processo de transformação, de modificação, numa velocidade incrivelmente superior a qual se modificavam os modos de produção anteriores. Tais economistas, todavia, parecem não ter consciência de que a Teoria dos Modos de Produção serve também à explicação da evolução dentro do próprio modo de produção, pois consegue esclarecer qualquer transformação ocorrida nas Forças Produtivas, nas Relações de Produção e/ou na Superestrutura Político-Jurídica¹ da sociedade.

A teoria em questão obviamente também serve ao estudo das transformações radicais da sociedade, ou seja, das passagens de um modo de produção a outro. Isto, por sua vez, é de suma importância nos dias de hoje, uma vez que, há já algum tempo, as Forças Produtivas do Modo de Produção Capitalista entraram em contradição com suas Relações de Produção, o que deu início a marcha para a passagem deste modo de produção ao Comunismo. Ou seja, estudar as características gerais dos processos de passagem de um modo de produção a outro e as possíveis características particulares deste processo em especial é imprescindível para que ele ocorra com o mínimo possível de impactos negativos.

A motivação para escrever este artigo surge, portanto, da combinação entre a ciência dos fatos acima apontados e a ciência de que existem certas divergências acerca da interpretação desta teoria que precisam ser melhor debatidas e resolvidas.

Aqui, o nosso objetivo é, com base em Marx, Engels e outros autores marxistas, elaborar um texto didático que explique a Teoria dos Modos de Produção e as características particulares da transição do Capitalismo ao Comunismo da forma como estas foram concebidas por Marx, o que implica na utilização da ferramenta filosófica mais poderosa do marxismo: o Materialismo Dialético (e, conseqüentemente, de todas as categorias geradas por esta ferramenta que forem necessárias).

¹ Tais conceitos são definidos no corpo do artigo;

O presente artigo obviamente teve por base teórica a Economia Política Marxista. Sua elaboração, por sua vez, se deu através da leitura crítica de bibliografia selecionada.

Nossa expectativa é a de que possamos, através da divulgação deste texto, facilitar e promover o ensino da Economia Política Marxista em qualquer faculdade de economia que possa vir a utilizá-lo.

2 A TEORIA DOS MODOS DE PRODUÇÃO:

2.1 O PAPEL DETERMINANTE DAS FORÇAS PRODUTIVAS NO PROCESSO EVOLUTIVO DA SOCIEDADE:

A Teoria dos Modos de Produção é uma teoria que busca identificar, através do estudo da evolução da sociedade humana, as leis que regem este processo evolutivo. Foi através deste estudo que Marx e Engels chegaram à conclusão de que, em última instância, são as condições de reprodução da vida material que determinam cada estágio deste processo evolutivo.

Em “A Ideologia Alemã”, é possível encontrar uma fundamentação desta conclusão:

O primeiro pressuposto de toda vida humana é, naturalmente, a existência de seres humanos vivos. A primeira situação a constatar é a constituição corporal destes indivíduos e, sua conexão com a natureza em geral. [...]

Eles próprios [os seres humanos²] começam a se distinguir dos animais logo que começam a **produzir** seus meios de existência [...] Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende sobretudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir.³ Não se deve, porém, considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se muito mais de uma forma determinada de atividade dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um **modo de vida** determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto como **o que** produzem, como com o **modo** como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais da sua produção (MARX, ENGELS, 2004, p. 44).

O ponto de partida da teoria de Marx é bem lógico: se não existem seres humanos vivos, não pode existir vida humana (ou qualquer outra coisa originada por ela); a existência deles pressupõe, por sua vez, a produção da sua vida material através dos meios de vida pré-existentes; portanto, a produção através da utilização dos meios de vida pré-existentes é o ponto de partida da história da humanidade e, por esta razão, condicionam todo o resto.

² Acrescentado por nós;

³ Destaque acrescentado por nós; o restante já estava presente no texto original;

O processo de produção consiste no ato de transformar um determinado objeto em um valor de uso para o ser humano. Aos objetos a serem transformados, dá-se o nome de Objetos de Trabalho. Para transformá-los, os seres humanos utilizam-se sempre de uma gama de instrumentos; a estes se dá o nome de Meios de Trabalho. Assim, os Meios de Produção da sociedade são o conjunto formado pelos Objetos de Trabalho e pelos Meios de Trabalho.

A produção, contudo, não se realiza apenas através dos seus elementos objetivos. O ato de produzir tem como pré-requisito a junção entre os meios de produção e a força de trabalho que os põe em movimento. À junção dos elementos objetivos e subjetivos do processo produtivo, ou seja, “O conjunto destes elementos designa-se por **forças produtivas sociais** (NETTO & BRAZ, 2011, p. 68).”

Diante desta definição e do que já expusemos acima, concluímos que a forma como os homens utilizam as Forças Produtivas Sociais para reproduzir sua vida material dependerá do estágio de desenvolvimento destas Forças Produtivas.

2.2 A RELAÇÃO FORMA-CONTEÚDO ENTRE RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E FORÇAS PRODUTIVAS SOCIAIS:

É com base no papel determinante das Forças Produtivas que Marx constrói toda sua teoria acerca da evolução da sociedade: a Teoria dos Modos de Produção. Esta é resumida por ele no prefácio da “Contribuição para a Crítica da Economia Política” da seguinte forma:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser: é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. [...] Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhes substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade (MARX, 1973, pp. 28 e 29).

No trecho por nós reproduzido, a exposição teórica de Marx é bastante precisa. Não seria necessário incorrer na mesma tarefa da qual se incumbiu o autor não fosse o fato de que, em um trecho bastante curto, ele se utiliza de uma carga bastante pesada de conceitos. O desconhecimento acerca do significado de cada um deles, por sua vez, faz a riqueza de tal passagem desmanchar-se no ar. Diante disto, torna-se necessário elucidar o leitor a respeito do conteúdo filosófico que está por trás das afirmações feitas e do que significam alguns conceitos utilizados.

Como bem apontou Marx, no processo de produção da sua existência, os seres humanos estabelecem uma gama de relações determinadas. A esta gama de relações dá-se o nome de Relações de Produção. Assim, visto que, conforme vimos no ponto anterior, se deve considerar os Modos de Produção tanto do ponto de vista da reprodução da existência física, como da forma como esta reprodução é levada a cabo, podemos concluir que:

Marx definiu o modo de produção, no maior nível de abstração, como uma combinação entre um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e a correspondente forma material das relações de produção, **crystalizadas nas leis**⁴ (GERMER, 2009, p. 13).⁵

O que agora foi dito pode ser sintetizado no seguinte esquema:

FIGURA 1 – PARTES COMPONENTES DE UM MODO DE PRODUÇÃO:



Fonte: Notas de aula de Nelson Rosas Ribeiro.

Marx aponta também que as Relações de Produção de um determinado Modo de Produção correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das Forças Produtivas. Isto ocorre, porque:

⁴ Trataremos deste ponto mais adiante;

⁵ O destaque foi introduzido por nós;

Com efeito, um dado desenvolvimento das forças produtivas exige um determinado modo de cooperação e de divisão do trabalho no processo da produção. Forçosamente, o modo de cooperação e de divisão do trabalho em uma grande fábrica, empregando grandes máquinas e instalações especializadas, é um, e numa oficina, onde o trabalho se efetua com ferramentas muito simples, é outro (LANGE, 1967, p. 26).

A explicação para isto dada por Germer (2009) vai no mesmo sentido:

O ser humano, desde o início, vive em sociedade, o que implica que o seu trabalho é trabalho social, isto é, uma combinação de trabalhos individuais diferenciados e interligados visando a sobrevivência do coletivo social. Isto significa que os indivíduos relacionam-se uns com os outros, de modos definidos, ao trabalhar. Estas relações recíprocas são as relações de produção. Do ponto de vista materialista estas relações não são encaradas como intencionais, mas impostas por uma necessidade objetiva irresistível, que neste caso emana das características materiais do processo de trabalho. Isto se expressa, segundo Marx, na existência de uma relação definida entre forças produtivas e relações de produção. [...]

A dependência das relações de produção em relação às forças produtivas significa, por um lado, que a forma assumida, em cada momento histórico, pelas relações entre os indivíduos, depende das formas específicas das forças produtivas (tipos e localização das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos ambientes de trabalho – construções, instalações meios de transporte, etc.); por outro lado, como as forças produtivas estão em contínuo desenvolvimento – mais lento ou mais rápido, segundo a época histórica –, segue que as relações entre os indivíduos, na produção, estão também em contínuo desenvolvimento (Germer, 2009, pp. 11 e 12).

Embora não justifique a razão, a opinião de Netto e Braz (2011) também é a mesma:

[...] determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas requer relações de produção também determinadas – deve haver uma **correspondência das relações de produção às forças produtivas**⁶ (NETTO & BRAZ, 2011, p. 70).

No entanto, o que não ficou claro até agora é que em virtude disto e de outros fatores, podemos identificar, entre as Forças Produtivas e as Relações de Produção, uma relação forma-conteúdo onde as últimas são uma forma de manifestação das primeiras, que são seu conteúdo.

Para que estejamos atentos às implicações de assumirmos a existência de uma relação forma-conteúdo entre as Relações de Produção e as Forças Produtivas Sociais, é preciso definir e caracterizar tais conceitos.

De acordo com Rosental e Straks:

En el mundo objetivo, el contenido es el aspecto interno de los objetos. Este aspecto representa un conjunto de elementos y procesos que constituyen el fundamento de la existencia y del desarrollo de las cosas. La forma es la organización, la estructuración del contenido. En los fenómenos, que pertenecen a la esfera del conocimiento, la forma es la expresión del contenido (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 197).

⁶ Destaque já presente no original;

Após definirmos os conceitos forma e conteúdo, é necessário ainda caracterizar a relação existente entre eles. Primeiramente, é preciso ter em mente que:

[...] el papel fundamental y determinante en la correlación entre el contenido y la forma corresponde al contenido. Primero, cambia el contenido y después y, en consonancia con este cambio, se modifica y reestructura la forma. El contenido opera como el principio rector por ser el fundamento mismo de las cosas (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 200).

Assim, é o nível de desenvolvimento do conteúdo que determinará a forma que este irá assumir, ou, dito de outra maneira, a forma sempre corresponderá a um determinado grau de desenvolvimento do seu conteúdo, pois “El contenido desempeña el papel determinante en los cambios que se operan en la forma (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 200).” Contudo, “El contenido de los objetos y fenómenos se halla en continuo desarrollo. La forma, a su vez, se desarrolla también, pero más lentamente que el contenido, es decir, posee una mayor estabilidad que éste.” (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 197). Portanto, isto faz com que, em alguns momentos do processo de desenvolvimento, a forma corresponda apenas parcialmente ao conteúdo, uma vez que o desenvolvimento daquela está sempre em atraso em relação ao desenvolvimento deste.

É importante mencionar ainda que a forma tem por função manter o conteúdo em desenvolvimento, sendo isto o fundamento da sua existência. Quanto mais ela corresponde ao conteúdo, maiores serão as possibilidades do desenvolvimento deste, ao passo que, na medida em que diminui esta correspondência, a forma passa a converter-se em um freio deste desenvolvimento e, uma vez que deixou de cumprir sua função, é substituída por outra, conforme afirmam Rosental e Straks:

La necesidad de que se correspondan el contenido y la forma viene impuesta objetivamente por las necesidades del desarrollo del contenido. Toda forma concreta existe solamente en la medida en que corresponde total o parcialmente al contenido, en la medida en que abre ancho cauce a su desarrollo y contribuye al desarrollo del contenido, o, al menos, brinda una posibilidad de desarrollo por limitada que sea. Cuanto menos corresponde la forma al contenido, tanto más se acerca aquélla a su muerte. Cuando surge un hondo divorcio entre la forma y el contenido, la vieja forma acaba por desaparecer, para dejar paso a otra nueva, que corresponde al contenido en desarrollo y garantiza su progreso ulterior y su existencia futura (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 224).

No entanto, apesar de constituir o fundamento das coisas e desempenhar o papel determinante na relação, o conteúdo não pode determinar sua própria função. A função do conteúdo é determinada pela forma e o cumprimento desta função contribui para o desenvolvimento do conteúdo. Para melhor entender o que significa isto, vejamos o caso do capital, por exemplo.

O capital é um conteúdo que pode manifestar-se através das formas dinheiro (D), mercadoria (M) e produtiva (P). É a etapa do desenvolvimento do capital que determinará qual das

formas ele deverá assumir, mas, uma vez assumida uma determinada forma, é ela quem determinará a função do conteúdo. Sob a forma dinheiro, o capital só pode comprar⁷, sob a forma mercadoria, só poderá vender⁸ e, sob a forma produtiva, só poderá produzir⁹. Cada uma destas funções mantém o capital em desenvolvimento, pois todas elas fazem parte do processo de valorização deste, conforme explica Marx:

Está na natureza das coisas que o próprio ciclo requeira a fixação do capital, durante determinados prazos, nas partes individuais do ciclo. Em cada uma de suas fases, o capital industrial está ligado a determinada forma, como capital monetário, como capital produtivo, como capital-mercadoria. Só depois de ter cumprido a função que, em cada caso, corresponde a cada uma de suas formas, recebe a forma com a qual pode ingressar em nova fase de transformação (MARX, 1985, Vol. III, p. 41).¹⁰

Agora que temos a caracterização do par de conceitos forma e conteúdo, é necessário identificar, na relação Forças Produtivas-Relações de Produção, as características da relação forma-conteúdo, como também explicar o porquê da existência de cada uma destas características, para, desta forma, estarmos certos da classificação atribuída por nós.

Que as Forças Produtivas Sociais constituem o fundamento da existência da sociedade e, conseqüentemente, das Relações de Produção, nós já sabemos. Isto foi exposto por nós no ponto anterior. Podemos concluir também, já através da explicação dada por Lange (1967) e Germer (2009) acerca das razões pelas quais determinadas Relações de Produção correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das Forças Produtivas, que as primeiras são uma organização, uma estruturação destas últimas. Isto porque as relações de produção nada mais são, conforme vimos, uma maneira específica de interligar e fazer funcionar as Forças Produtivas Sociais. Disto deriva-se também que são as transformações que ocorrem com as Forças Produtivas que provocam as transformações sofridas pelas Relações de Produção, conferindo as primeiras o papel de fundamento do desenvolvimento.

⁷ “Enquanto capital monetário, encontra-se num estado em que pode cumprir funções monetárias, as funções – como é o presente caso – de meio geral de compra e meio geral de pagamento [...] Essa capacidade não surge do fato de o capital monetário ser capital, mas do fato de ser dinheiro. [...] o valor-capital, em estado monetário, só pode cumprir funções de dinheiro e nenhuma outra. O que faz destas últimas funções de capital é seu papel determinado no movimento do capital e, daí, também a conexão do estágio em que aparecem com os outros estágios de seu ciclo.” (MARX, 1985, Vol. III, p. 27);

⁸ “Em forma-mercadoria, o capital tem de executar função de mercadoria. Os artigos de que é constituído, produzidos desde sua origem para o mercado, tem de ser vendidos, transformados em dinheiro, tem de, portanto, percorrer o movimento M – D.” (MARX, Vol. III, 1985, p. 34);

⁹ “Mas o resultado imediato de D – M (Ft + Mp) é a interrupção da circulação do valor-capital adiantado sob a forma-dinheiro. Por meio da transformação do capital monetário em capital produtivo, o valor capital recebeu uma forma natural, na qual não pode continuar circulando, mas tem de ingressar no consumo, isto é, no consumo produtivo.” (MARX, Vol. III, 1985, p. 31);

¹⁰ Para mais informações, ver RIBEIRO, N. R. O Capital em Movimento: ciclos, rotação e reprodução. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2010, capítulos 2, 3 e 4;

Contudo, outras características ainda não foram identificadas e explicadas por nós. Uma delas é o fato de as Forças Produtivas possuírem um caráter dinâmico e as Relações de Produção apresentarem maior estabilidade. Isto, por sua vez, ocorre pois:

A repetição constante de uma determinada ação dá origem ao hábito. [...] O conjunto das ações realizadas pela força do hábito é chamado ‘costume’. Os hábitos e os costumes são repetidos enquanto não aparecer um novo estímulo externo que põe fim à repetição e provoca uma mudança no gênero de ação: o novo gênero de ação transforma-se por sua vez em hábitos e costumes. [...] Resulta igualmente desta regra que as relações sociais. [relações de produção]¹¹ (que consiste justamente na repetição constante de atividades de uma espécie determinada), assim como as ideias sociais e atitudes sócio-psicológicas delas decorrentes, apresentam tendência para assumir todas as características das ideias ideológicas e atitudes sócio-psicológicas habituais¹² [...]

No processo social do trabalho, o homem transforma o seu meio material, cria para si próprio um novo meio material, que se compõe dos produtos de seu trabalho [...] O novo meio material constitui um estímulo provocando uma mudança de comportamento no processo ulterior da produção. Surgem novos e melhores instrumentos de trabalho, aparece a possibilidade de os homens se servirem de novos objetos de trabalho, aumenta a capacidade e a experiência no emprego dos instrumentos. Isto, por sua vez, provoca mais uma mudança no novo terreno artificial, o que representa um novo estímulo, que provoca uma nova mudança de comportamento, etc. [...] Deste modo, se realiza um desenvolvimento constante das forças produtivas.

Contrariamente, portanto, ao que acontece com as relações sociais e as atitudes sócio-psicológicas, que se caracterizam por seu caráter conservador, as forças produtivas estão submetidas a constante mudança, desenvolvem-se incessantemente, elevando assim o ‘potencial produtivo’ da sociedade a um nível cada vez mais elevado (LANGE, 1967, pp.43 e 44).

Já Germer (2009) aponta em sua exposição apenas a razão pela qual as Forças Produtivas Sociais estão em contínuo desenvolvimento, não fazendo, pois, menção à estabilidade das Relações de Produção:

[...] à medida que o trabalho se repete interminavelmente, o conhecimento dos materiais naturais estende-se e aprofunda-se, novos instrumentos são concebidos e continuamente desenvolvidos, os materiais de que são feitos diversificam-se, e a aptidão do trabalho aperfeiçoa-se correspondentemente. Como resultado, o processo social de trabalhar, materializado nas forças produtivas, transforma-se aos poucos, até fazer emergirem os elementos que apontam para uma nova estrutura social (GERMER, 2009, p. 8).

Mais uma vez sem detalhar as razões, Netto e Braz (2011) reforçam a argumentações dos demais autores:

[...] o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção não obedece aos mesmos ritmos [...] Enquanto as forças produtivas tendem, quase sempre, a um desenvolvimento cumulativo e intenso, as relações de produção modificam-se muito mais lentamente (NETTO & BRAZ, 2011, p. 70).

¹¹ Acrescido por nós, mas, no texto, o autor utiliza os dois termos como sinônimos;

¹² Os erros presentes no final deste trecho são da própria edição;

Outra das características constitui o fato de a forma ter por função possibilitar o desenvolvimento do conteúdo. Neste sentido, Lange (1967) afirma:

As relações de produção, adaptadas as necessidade das forças produtivas criam estímulos que favorecem o desenvolvimento das forças produtivas (LANGE, 1967, p. 33).

O desenvolvimento das forças produtivas tem por efeito que, ao fim de certo tempo, as relações de produção deixam de ser adaptadas às exigências das forças produtivas. [...] A ação da primeira lei fundamental da Sociologia [lei da correspondência entre forças produtivas e relações de produção]¹³ reestabelece a correspondência entre as relações de produção e as novas forças produtivas: produz-se uma adaptação das relações de produção às novas exigências das forças produtivas (LANGE, 1967, p. 46).

A única característica da relação forma-conteúdo que não encontramos presente na exposição sobre a Relação Forças Produtivas-Relações de Produção dos autores utilizados por nós foi o fato de que a função das primeiras é determinada pelas últimas e que o cumprimento desta função tem por consequência o desenvolvimento das primeiras. Demonstrar isto, no entanto, não é uma tarefa árdua. Uma rápida apreciação dos modos de produção nos leva a esta conclusão. No Modo de Produção Capitalista, por exemplo, são as Relações Capitalistas de Produção que levam os agentes econômicos a utilizarem as Forças Produtivas para produzir lucro e não para atender as necessidades sociais. Na tentativa de produzir o maior lucro possível, por sua vez, os capitalistas permanecem numa busca incessante por desenvolvimentos na técnica de produção, uma vez que os aumentos de produtividade fazem com que eles possam auferir o que Marx chama de superlucro, forma de manifestação transmutada da mais-valia extraordinária. Este comportamento, portanto, leva a um desenvolvimento das Forças Produtivas Sociais.¹⁴

Após esta exposição, portanto, fica bem mais fácil entender porque “El modo de producción social presenta dos aspectos – las fuerzas productivas y las relaciones de producción –, que actúan como contenido e forma, vinculados entre sí (ROSENTAL e STRAKS, 1958, p. 198).” É interessante notar que, para comprovar a caracterização feita por nós, nos apoiamos continuamente na exposição de autores marxistas que, em nenhum momento em suas obras, reconhecem a existência de uma relação forma-conteúdo entre Forças Produtivas e Relações de Produção¹⁵.

Em Germer (2009), por exemplo, a despeito da presença da afirmação abaixo transcrita, nenhuma referência é feita acerca da existência desta relação.

¹³ Acrescentado por nós;

¹⁴ Para um maior detalhamento ver MARX, Karl. O Capital. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985;

¹⁵ No entanto, não desconsideramos a possibilidade de que, em alguns dos casos, tais autores tenham a consciência da existência da relação forma-conteúdo e apenas não a mencionem devido ao fato de o texto que estão escrevendo se tratar de um manual de Economia Política de nível básico ou por considerarem, assim como acreditamos que Marx o fez, desnecessária a menção;

A relevância dos conceitos FP [Forças Produtivas] e RP [Relações de Produção] decorre de integrarem uma formulação materialista de uma hipótese sobre a causa do desenvolvimento e mudança dos modos de produção [...] O materialismo significa que a realidade material é a única existente, e a dialética materialista implica que a matéria está continuamente em movimento, por se o movimento uma propriedade intrínseca a ela. **Movimento da matéria significa transformação, de forma e de conteúdo**¹⁶ (GERMER, 2009, p. 3).

Contudo, mesmo assim, é possível identificar nas exposições de tais autores a presença de características desta relação, pois todos eles buscam reproduzir a teoria dos Modos de Produção criada por Marx, o qual, a nosso ver, tinha consciência da referida relação.

Em resumo, pois, a relação forma-conteúdo existente entre as Forças Produtivas Sociais e as Relações de Produção pode ser descrita da seguinte maneira: as primeiras já se manifestaram através de várias formas durante o seu processo de desenvolvimento, sendo estas formas determinadas por cada uma das etapas deste processo. Cada conjunto específico de relações de produção, entretanto, era quem determinava que função teria o conteúdo: satisfazer as necessidades da sociedade, produzir lucro, etc. Através da função determinada pela forma, o processo de desenvolvimento das forças produtivas se mantinha em progresso. Quanto este não mais “cabia” dentro de determinada forma, esta era substituída por outra.

2.3 BASE E SUPERESTRUTURA: UMA NOVA RELAÇÃO FORMA-CONTEÚDO

A sociedade, contudo, não é composta apenas pelos elementos objetivos e subjetivos do processo produtivo e pelas relações que os põe em funcionamento. Estas relações de produção precisam ser ratificadas por leis e regras elaboradas por estruturas políticas e ideológicas que trabalhem no sentido de perpetuá-las, como apontou o próprio Marx. A relação de dominação existente na esfera das relações econômicas é, portanto, reproduzida na esfera política, jurídica e intelectual pela seguinte razão:

As idéias [Gedanken] da classe dominante são, em todas as épocas, as idéias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as idéias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. **As idéias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são estas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de idéias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são desta forma, as idéias de sua dominação** (MARX, ENGELS, 2004, p. 78).¹⁷

¹⁶ Destaque acrescido por nós;

¹⁷ Negrito acrescido por nós;

Esta superestrutura política, jurídica e ideológica, por sua vez, deve corresponder à base econômica da sociedade, que nada mais é do que suas relações de produção. A esse respeito, afirmam Marx e Engels:

Uma vez, porém, que se erige em poder independente, face à sociedade, o Estado cria rapidamente uma nova ideologia. Nos políticos profissionais, nos teóricos do direito público e nos juristas que cultivam o direito privado, a consciência da relação com os fatos econômicos desaparece por completo. Como em cada caso concreto, **os fatos econômicos têm de revestir a forma de motivos jurídicos** para serem sancionados em forma de lei e, como para isso, é necessário ter também em conta, como é lógico, todo o sistema jurídico vigente, pretende-se que a **forma jurídica** seja tudo e o **conteúdo econômico**, nada (MARX, ENGELS, 2004, pp. 133 e 134).¹⁸

Aqui identificamos uma nova relação forma-conteúdo: a superestrutura é a forma de expressão, ou forma de manifestação, da base econômica, que é seu conteúdo. Esta relação era, inclusive, motivo de polêmica entre os filósofos idealistas e materialistas¹⁹. Enquanto os primeiros atribuíam à esfera política o papel determinante, os últimos, ao contrário atribuíam a sociedade civil (a esfera das relações econômicas) este papel. Neste sentido, afirmam Marx e Engels:

Portanto, aqui pelo menos, o Estado, o regime político é a²⁰ elemento subordinado, e a sociedade civil, o reino das relações econômicas, o elemento dominante. A idéia tradicional, que Hegel também consagrou, via no Estado o elemento determinante e na sociedade civil, o elemento condicionado por ele. E as aparências levam a pensar assim [...] todas as necessidades da sociedade civil – qualquer que seja a classe que a governe em um dado momento – têm de passar pela vontade do Estado, para adquirirem vigência real, **sob a forma de leis**. Esse é, porém, o **aspecto formal** do problema, evidente por si mesmo; o que interessa conhecer é o **conteúdo** desta vontade puramente formal [...] Se nos detivermos nessa indagação, veremos que na história moderna **a vontade do Estado obedece**, em geral, **às necessidades variáveis da sociedade civil**, à supremacia desta ou daquela classe **e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas** e das condições de troca (MARX, ENGELS, 2004, pp. 131 e 132).²¹

Essa passagem deixa claro que as forças produtivas sociais são um conteúdo que se manifesta através das (é organizado por) relações de produção, que, por sua vez, são o conteúdo da superestrutura, que é sua forma. Este fato, no entanto, pode gerar a seguinte pergunta: como podem as relações de produção constituírem forma e conteúdo ao mesmo tempo?

Esta pergunta nos é respondida por Rosental e Straks:

Al mismo tiempo, el contenido y la forma no son una pareja de contrarios inmutables e inmóviles. Cada uno de estos polos opuestos, enlazados en un conjunto de relaciones mutuas con otros fenómenos, puede desempeñar el papel de forma o de contenido. Las relaciones de producción, por ejemplo, son la forma de las fuerzas productivas. Pero, si consideramos las relaciones de producción en otra conexión mutua, a saber, como base, en

¹⁸ O negrito foi acrescentado por nós;

¹⁹ O final do trecho apresentado refere-se a esta polêmica;

²⁰ Erro da própria edição;

²¹ Negrito acrescentado por nós;

su interdependencia con la superestructura, la base actuará entonces como contenido, como objeto que se refleja en la conciencia social, y la superestructura desempeñará, aquí, la función de forma (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 199).

Ver a sociedade por este ângulo, ou seja, definir a relação forma-conteúdo existente entre base e superestrutura, origina um novo conceito: a Formação Econômico-Social.

Mais uma vez, embora não afirmem isso explicitamente, os autores marxistas, consciente ou inconscientemente, ao exporem a relação Base-Superestrutura, apontam também os elementos característicos de uma relação forma-conteúdo. Vejamos Lange (1967)²²:

A superestrutura não pode ser arbitrária: ela é, por natureza, adaptada à base econômica, e, portanto, a todo o modo de produção caracterizando uma dada época histórica. Quando as relações de produção essenciais (isto é, as relações de propriedade dos meios de produção) se modificam, a superestrutura modifica-se também: surge uma nova formação econômica social. Essa regra é a ‘lei da correspondência necessária entre a superestrutura e a base econômica’ ou também a ‘segunda lei fundamental da Sociologia’ (LANGE, 1967, p. 39).

É preciso finalmente salientar que a primeira e a segunda lei fundamental da Sociologia atuam não durante períodos de tempo sucessivos, mas simultaneamente, ressaltando-se, contudo, o fato de que o processo de adaptação da superestrutura leva usualmente muito mais tempo do que o processo de adaptação das relações de produção às novas forças produtivas (LANGE, 1967, p. 47).

Já Germer (2009), aponta:

Com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção ocorre uma mudança crucial: as relações de produção passam a manifestar-se de modo duplo, por um lado na forma material ou objetiva segundo a qual os indivíduos se relacionam no processo de produção, e por outro lado na forma jurídica, isto é, nas leis nas quais são codificados os direitos dos proprietários e os deveres dos não proprietários. Isto institui um fator de rigidez no cenário dinâmico em que as forças produtivas e as relações de produção se transformam coordenadamente, com as últimas seguindo as primeiras (GERMER, 2009, p. 12).

Há, portanto, três elementos operando em conjunto: i) o desenvolvimento das forças produtivas, que determina a forma material da apropriação; (ii) as relações materiais de produção, que refletem a anterior; (iii) os direitos de propriedade dos meios de produção, que representam, no plano jurídico, as relações materiais de produção vigentes. E há uma linha de causalidade na direção i) → ii) → iii) (GERMER, 2009, p. 13).

Germer (2009), portanto, também apresenta alguns elementos da relação forma-conteúdo, assim como Lange (1967). É interessante notar, entretanto que, mais uma vez, Germer não aponta um caráter conservador, ou estabilidade, da superestrutura, assim como não o fez com as relações de produção. Afirma, ao contrário, que o surgimento da superestrutura impõe um fator de rigidez em todo o processo de desenvolvimento.

Para Netto e Braz (2011):

²² Para a explicação do caráter conservador da superestrutura, ver a citação de Lange da página 10;

Esquemáticamente, pode-se afirmar que no modo de produção encontra-se a **estrutura** (ou base) **econômica da sociedade**, que implica a existência de todo um conjunto de instituições e de ideias com ela compatível., conjunto geralmente designado como **superestrutura** e que compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social. Em cada modo de produção, porém, as relações entre estrutura e superestrutura são igualmente particulares: se se pode afirmar, com base na análise histórica, que as características da estrutura sempre foram mediata e indiretamente, determinantes para a configuração da superestrutura NETTO & BRAZ, 2011, p. 71)..

Netto e Braz (2011), assim como os demais autores, também apresentam na sua exposição elementos constituintes de uma relação forma-conteúdo para a relação base-superestrutura. Contudo, não podemos deixar de alertar que sua visão distancia-se da visão de Marx e dos demais autores marxistas aqui apresentados, uma vez que entende a Base Econômica como constituindo o Modo de Produção em si ao invés das Relações de Produção.

Em resumo, portanto, a um determinado grau de desenvolvimento das Forças Produtivas corresponde um tipo específico de Relações de Produção, que são sua forma de expressão e têm por objetivo dar prosseguimento ao seu desenvolvimento. Para a perpetuação destas relações de produção, criam-se determinadas leis e estruturas políticas e ideológicas que, em conjunto, constituem a forma de manifestação destas relações. O desenvolvimento das Forças Produtivas impõe a transformação das relações de produção que, a partir de um determinado grau de mudança, impõem também a transformação da superestrutura que a elas corresponde. Isto, entretanto, não implica que não exista nenhuma influência que parta da superestrutura para a base ou das relações de produção para as forças produtivas. Apenas implica dizer que o contrário é predominante quase na totalidade dos casos.

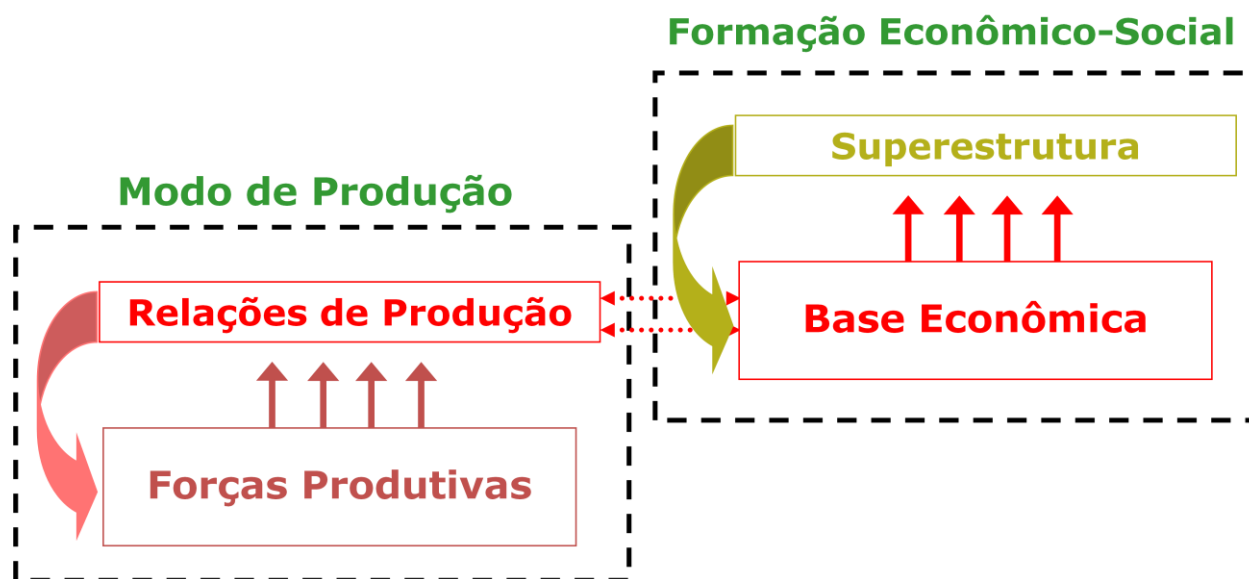
O que expusemos agora, portanto, pode ser melhor entendido através do esquema da figura 2.

Expusemos aqui, até a exaustão, que, na teoria dos Modos de Produção de Marx está pressuposta uma relação forma-conteúdo tanto entre Forças Produtivas e Relação de Produção, quanto entre Base e Superestrutura. Nesta tarefa, acabamos por constatar que quanto mais as exposições de autores marxistas se aproximavam da própria exposição de Marx, mais elementos da relação focada por nós eram encontrados em suas exposições. A essa altura, o leitor deve estar se perguntando por que, incessantemente, insistimos em comprovar a existência de tal relação. A resposta para esta pergunta é simples: por termos a consciência de que uma má interpretação ou desconhecimento destes conceitos pode levar a resultados catastróficos. Um exemplo disto é o que afirma Corazza (1987) acerca da relação entre o Estado e a Sociedade Civil.

O que Marx quer dizer quando define o Estado como “expressão oficial” ou “forma” da sociedade civil? Em primeiro lugar, fica claro que a sociedade e o Estado se identificam,

eles são ambos uma relação social²³[!]. A sociedade civil expressa-se no Estado e este não passa de uma forma daquela. É a própria natureza contraditória da sociedade que a faz existir na forma de Estado (CORAZZA, 1987, p. 27).

FIGURA 2 – A DINÂMICA DOS MODOS DE PRODUÇÃO:



Fonte: Notas de aula de Nelson Rosas Ribeiro.

Corazza (1987), portanto, parece não entender que dizer que o Estado é uma forma de manifestação das Relações de Produção, ou Relações Sociais, como ele as chama, não é o mesmo que dizer que eles podem ser caracterizados como coisas idênticas. Essa deficiência teórica leva o autor a defender durante todo o seu artigo que “O Estado é um aspecto das relações sociais capitalistas²⁴ de produção. Se quisermos ser mais radicais na definição, diríamos que ele é a própria relação social de produção (CORAZZA, 1987, p. 24).”

2.4 A TRANSIÇÃO DO CAPITALISMO AO SOCIALISMO E A ACELERAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

Ao longo da sua história, portanto, a evolução das formas nas quais se organizava a humanidade ocorreu de acordo com esta lógica por nós exposta. Contudo, nos propomos a analisar aqui também uma experiência de passagem do capitalismo ao Comunismo através do Regime Socialista. Assim, é preciso caracterizar bem tal processo, além de chamar a atenção para as

²³ O autor utiliza relação social e relações de produção como sinônimos;

²⁴ No artigo, o autor demonstra que isto é válido também para os demais modos de produção;

diferenças qualitativas existentes entre a sucessão dos Modos de Produção ao longo da história até o Modo de Produção Capitalista e a passagem deste para o Comunismo.

Primeiramente precisamos entender o Regime Socialista como um regime de transição entre o Capitalismo e o Comunismo. Ao longo da história, se estudarmos os processos de transição de um Modo de Produção para outro, poderemos identificar certos períodos de transição onde coexistiam o velho e o novo, ou seja, existiam tanto relações de produção, instituições e classes características do velho Modo de Produção, como as novas, características do novo Modo de Produção. O Regime Socialista, apesar de ser um regime transitório bem mais nítido que os demais, também é marcado pela coexistência entre o velho e o novo. Existem nele tanto relações de produção características do Modo de Produção Capitalista, como relações de produção características do Modo de Produção Comunista. Desta forma, a análise dialética deste caso nos leva a classificar as Relações de Produção Socialistas, por sua vez, como uma Forma de Transição. Assim podemos defini-las:

Las formas de transición [...] se caracterizan por la combinación de elementos de formas cualitativamente distintas en un todo único, **lo que responde al carácter específico del contenido en cada caso concreto** (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 212).

Quando se fala que estas formas de transição correspondem ao caráter específico do conteúdo em cada caso concreto, significa dizer que não só a forma é uma forma de transição, como também o conteúdo, ou seja, as Forças Produtivas Sociais também estão em um período de transição.

[...] no momento da revolução política²⁵ [...] as forças produtivas encontram-se em transição: não são mais as forças produtivas puras do modo de produção que está chegando ao fim, pois já são parcialmente forças produtivas do novo modo de produção. Por outro lado, estas novas forças produtivas não podem encontrar-se já na forma definitiva correspondente às novas relações materiais de produção, uma vez que a vigência, até este momento, da forma jurídica antiga da propriedade constituiu um obstáculo ao seu desenvolvimento (GERMER, 2009, p. 16).

Sabendo, portanto, que as Relações de Produção do Regime Socialista constituem uma Forma de Transição, justamente porque representa um conteúdo em transição, é necessário sublinhar uma característica bastante importante dos fenômenos que se enquadram neste conceito:

Conviene subrayar que las formas de transición no solamente son complejas, sino que son además muy contradictorias de por sí, reflejando de este modo las contradicciones

²⁵ Na transição de um Modo de Produção a outro, o período que vai do surgimento da contradição entre as Forças Produtivas e as Relações de Produção até a consolidação do novo regime é chamado Período de Revolução Social e o momento do auge revolucionário no qual ocorre a alteração do poder do Estado e ocorre a mudança na forma jurídica de propriedade é chamado Revolução Política (GERMER, 2009, p. 14);

existentes en el contenido. Por ello, las formas de transición tienen menor estabilidad histórica que las que no poseen este ese carácter. Y esto se expresa incluso en su propia denominación (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 213).

Isto implica dizer, portanto, que, mesmo que já esteja instalado o poder socialista revolucionário, ainda existe a possibilidade de retorno ao Capitalismo.

Uma vez caracterizado o Regime Socialista, precisamos agora nos deter nas diferenças qualitativas que existem entre a passagem do Modo de Produção Capitalista ao Comunista e as demais transições. Marx já afirmava que “As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social [...] Com esta organização social termina, assim, a pré-história da sociedade humana” (MARX, 1973, p. 29). Mas, o que isto significa?

Marx e Engels, em “A Ideologia Alemã”, explicam que:

A relação coletiva na qual entraram os indivíduos de uma classe relação esta condicionada por seus interesses comuns diante de um terceiro, consiste sempre em uma coletividade que conglomerava tais indivíduos somente como indivíduos médios, [...] isto é, uma relação na qual participavam não como indivíduos, mas como membro de uma classe. Por outro lado, com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam o controle das suas condições da sua existência e as dos demais membros da sociedade, ocorre justamente o contrário: nela os indivíduos participam enquanto indivíduos. **E é essa união de indivíduos [...] que põe sob seu domínio as condições de livre desenvolvimento e de movimento dos indivíduos, condições que até aqui estavam sob o acaso e tinham tomado uma existência independente relativamente aos diferentes indivíduos [...] Tais condições de existência são simplesmente os meios de produção e os meios de intercâmbio existentes em cada período** (MARX, ENGELS, 2004, p. 113).

Juntando-se a isto o fato de que “[...] se o ser humano puder identificar com precisão as leis de desenvolvimento da sociedade, poderá promover o seu desenvolvimento deliberadamente” (GERMER, 2009, p. 5), deduz-se que, no Regime Socialista, com os indivíduos como um todo tendo sob o seu controle os Meios e Relações de Produção através de um novo modo de produzir (a economia planificada) e com o fato de estes mesmo indivíduos tomarem conhecimento das leis de desenvolvimento da sociedade, este desenvolvimento, que até agora se dava por acaso, dar-se-á de forma intencional.

O papel das Forças Produtivas, das Relações de Produção e da Superestrutura, assim como a posição de determinante e determinado de cada um deles, se mantém inalterado, contudo, o fato de que o desenvolvimento se dá de forma intencional, faz surgir um diferencial no Regime Socialista (que será mantido no Modo de Produção Comunista) em comparação com o que ocorria nos Modos de Produção anteriores.

Sabe-se, em função da Lei de Correspondência das Relações de Produção com o Caráter das Forças Produtivas, que as primeiras correspondem sempre (pelo menos em alguma medida) às últimas. Contudo, ao passo que surge uma contradição entre as Forças Produtivas e qualquer

aspecto das Relações de Produção, em alguma medida o desenvolvimento das primeiras está sendo freado, dificultado. No Regime Socialista, com os seres humanos tendo tomado o controle deste desenvolvimento, as Relações de Produção podem ser alteradas assim que se identifique qualquer discordância entre forma e conteúdo.

A passagem do Capitalismo ao Regime Socialista, portanto, significa para a humanidade, tomar conhecimento das leis de evolução da sociedade e utilizar o referido conhecimento para a aceleração deste processo; é a passagem, da pré-história, para a verdadeira história da humanidade.

2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA EXPERIÊNCIA PARTICULAR DA URSS:

Expusemos aqui o que seria a teoria dos Modos de Produção concebida por Marx (ou pelo menos a interpretação que temos desta). Após percorrer o caminho que vai do concreto ao abstrato, é preciso dar meia-volta e partir do abstrato para o concreto. Vamos, pois, apontar quais as implicações de analisar o caso concreto da União Soviética a luz de tal teoria.

A revolução socialista de 1917 eclodiu em um país de forças produtivas debilmente desenvolvidas, a Rússia. Caso esta revolução se espalhasse pelos demais países do mundo, incluindo os países desenvolvidos, nenhum problema se apresentaria, a princípio. No entanto, isto não ocorreu. O problema que se apresentou, por sua vez, deriva-se da seguinte lógica.

As relações de produção capitalistas, assim como outras relações de produção ao longo da história o fizeram, servem de forma para as forças produtivas sociais para assim possibilitarem seu desenvolvimento. Este desenvolvimento, no entanto, assim como também ocorreu no passado com outras relações de produção, chegará a um nível tal que não mais “caberá” dentro da forma de manifestação utilizada e terá de substituí-la por uma nova, neste caso, relações de produção socialistas. Neste ponto do seu desenvolvimento, as forças produtivas já constituirão, em parte, forças produtivas características do Regime Socialista. Na Rússia, no entanto, a revolução eclodiu como consequência de uma espécie de exportação das contradições dos países capitalistas desenvolvidos e não devido ao desenvolvimento do capitalismo russo. As relações de produção socialistas, portanto, não poderiam servir de forma para as forças produtivas russas em virtude do seu fraco desenvolvimento. Segundo Rosental e Straks:

Si la nueva forma sirve a un viejo contenido, tendremos como resultado un agudo conflicto, que estallará, de súbito, entre el contenido y la forma, conflicto que culminará en la destrucción de la segunda, ya que se pondrá al descubierto un profundo divorcio entre la forma y el contenido (ROSENTAL, STRAKS, 1958, p. 208).

“Sendo assim,” explica Germer (2009, p. 20), “seria necessário elevar as FP da Rússia ao nível mais avançado atingido no capitalismo, para que, a partir daí, se desenvolvessem as novas FP socialistas e as correspondentes relações materiais de produção.”

Além disso, para a manutenção de um desenvolvimento sempre vigoroso das Forças Produtivas, faz-se necessário que o poder revolucionário esteja sempre atento ao surgimento de qualquer contradição entre estas e qualquer aspecto das Relações de Produção e, quando deste surgimento, operar imediatamente as modificações necessárias nestas relações de produção, ao passo de deixar livre o caminho para o desenvolvimento das Forças Produtivas, pois, caso contrário, mesmo que em pequena medida, este aspecto específico das Relações de Produção constituiria um freio a este desenvolvimento.

Outro aspecto particular da revolução soviética diz respeito à classe promotora da revolução. Segundo Marx,

[...] nas revoluções do passado, a forma da atividade se mantinha invariável, e buscava-se somente obter uma outra forma de distribuição desta atividade, uma nova divisão do trabalho entre outras pessoas, ao passo que a revolução comunista é conduzida em oposição ao modo anterior de atividade, pois suprime o trabalho e a dominação das classes ao suprimir as próprias classes, uma vez que é uma revolução feita pela classe que já não é mais tida como classe na sociedade, não é mais considerada como tal, e que já é em si mesma a expressão da extinção de todas as classes (MARX, ENGELS, 2004, p. 106).

Esta classe a qual Marx se refere é o proletariado revolucionário. No entanto, em virtude do fraco desenvolvimento da sociedade russa, o proletariado era pouco expressivo no país. A maioria dos agentes econômicos que não faziam parte da classe dominante no período capitalista era composta por camponeses pobres. Diante disto, a revolução russa acabou sendo o resultado da união de forças entre o proletariado e o campesinato russo, da “aliança operário-camponesa”. Esta aliança constituía a base da revolução e deveria ser sustentada a qualquer custo. Portanto, qualquer que fosse a política econômica do regime soviético, ela deveria sempre ter isto em mente.

3 CONCLUSÕES:

Como apontamos inicialmente, nossa intenção era expor, neste artigo, a Teoria dos Modos de Produção Marxista e as suas particularidades no que tange a análise do processo de transição entre Capitalismo e Comunismo, resgatando, assim, o estudo da teoria dos modos de produção, que, na nossa opinião, não recebe atualmente a devida importância, e produzindo, com isso, um texto didático com o intuito de facilitar e promover o estudo da Economia Política Marxista nas faculdades de Economia.

A nosso ver, contudo, chegamos a ultrapassar nossos objetivos na medida em que acabamos por promover o estudo da Economia Política Marxista também através do resgate de questões polêmicas nesta teoria, o que pode vir a estimular o debate acerca do assunto.

Acreditamos que, além do que foi exposto neste ponto de conclusões, nossas maiores contribuições foram reiterar a existência da relação forma-conteúdo entre Forças Produtivas e Relações de Produção e entre Base e Superestrutura, identificar características destas relações nas exposições de autores marxistas acerca da Teoria dos Modos de Produção, mesmo que estes não explicitassem a existência desta relação, demonstrar que tipo de erros podem ser cometidos caso estas categorias não sejam conhecidas ou sejam mal interpretadas, o que reforça a importância do que fizemos, e, por fim, reiterar que a passagem do Capitalismo ao Comunismo significa, para os seres humanos, tomar conhecimento das leis de desenvolvimento da sociedade e utilizar tal conhecimento para acelerar este processo de desenvolvimento.

É possível observar, além disso, que, quanto mais próxima está, a exposição dos autores utilizados, da exposição de Marx, maior é o número de características da relação forma-conteúdo encontradas nestas exposições.

Caracterizar a relação Forças Produtivas-Relações de Produção como uma relação forma-conteúdo, por sua vez, torna possível superar uma grande limitação à capacidade explicativa da teoria marxista que há tempos o stalinismo tentou impor: a obrigatoriedade de que toda e qualquer sociedade, em maior ou menor grau, tenha que passar pelos seguintes modos de produção: Comunidade Primitiva ou Comunismo Primitivo, Escravatura, Feudalismo, Capitalismo e Socialismo. Isto porque, nas leis que regem a relação forma-conteúdo, nada impede que, para um determinado estágio de desenvolvimento de um conteúdo qualquer, exista mais de uma forma correspondente.

Por fim, gostaríamos de apontar que há questões neste trabalho que reconhecemos ainda não estarem claras para nós. Um exemplo delas é como conceituar o Regime Socialista: visto que ele é uma forma transitória, poderíamos classificá-lo como um modo de produção especial, uma espécie de modo de produção transitório, ou deve ele ser classificado de outra forma?

Acreditamos que questões como esta, nebulosas para nós, podem ter influenciado nossa interpretação da teoria de modo a comprometer sua justeza em relação à realidade ou à teoria marxista. Por esta razão, convidamos a comunidade acadêmica a retomar o debate acerca da teoria dos modos de produção.

BIBLIOGRAFIA

CORAZZA, Gentil. Estado e Relações de Produção. in Ensaaios FEE. 8(2). Porto Alegre: 1987, pp. 21-30;

GERMER, Claus Magno. Marx e o Papel Determinante das Forças Produtivas na Evolução Social in Crítica Marxista. n 29. Campinas: IFCH Unicamp, 2009. pp. 75-95;

LANGE, Oskar. Moderna Economia Política: princípios gerais. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1967;

MARX, Karl & FRIEDRICH, Engels. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martin Claret, 2004;

MARX, Karl. Contribuição para a Crítica da Economia Política. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973;

MARX, Karl. O Capital. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985;

NETTO, João Paulo & BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. Volume 1. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011;

RIBEIRO, Nelson Rosas. O Capital em Movimento: ciclos, rotação e reprodução. João Pessoa: UFPB/Editora Universitária, 2010, capítulos 2, 3 e 4;

ROSENTAL, M. M.; STRAKS, G. M. Categorias del Materialismo Dialectico. 1 ed. México, D. F.: Editorial Grijalbo, S.A., 1958.